

O PROCESSO DE REINserÇÃO SOCIAL DOS EX-GUERRILHEIROS EM SOFALA: ANÁLISE DE RISCOS SOCIAIS (1992-2019)

The process of social reintegration of ex-guerrillas in Sofala:
analysis of social risks (1992-2019)

Ana Virgílio da Silva Costa¹

Resumo: Chegou-se ao fim o processo de Desarmamento, Desmilitarização e Reintegração – DDR em Moçambique a 15 de Junho de 2023. Fase subsequente será naturalmente de reintegrar ou reinserir, o termo a ser usado no artigo, os ex-guerrilheiros na vida civil. Entretanto, presume-se que seja um processo contínuo, na medida em que houve a primeira fase e, encontra-se em curso a segunda fase. Volvidos cerca de vinte e sete anos, apraz-nos analisar o processo de reinserção social no contexto de inserção integral dos ex-guerrilheiros na vida civil e, numa perspectiva de análise de riscos sociais. O estudo poderá convidar o leitor a perceber se efectivamente criou-se um tecido social, uma coesão entre as comunidades receptoras e os ex-guerrilheiros, depois de muitos anos fora de convivência social. Será uma abordagem qualitativa com um estudo de caso em dois distritos da província de Sofala. Por se tratar de um estudo em curso, para o presente artigo apenas iremos apresentar os resultados preliminares da pesquisa exploratória.

Palavras – Chave: Desarmamento, Desmilitarização, Reinserção Social

Abstract: The Disarmament, Demilitarization and Reintegration - DDR - process in Mozambique came to an end on June 15, 2023. The next phase will naturally be to reintegrate or reinsert, the term to be used in the article, the ex-guerrillas into civilian life. However, it is presumed to be an ongoing process, as the first phase has taken place, and the second phase is underway. Some twenty-seven years on, we would like to analyze the process of social reintegration in the context of the former guerrillas' full integration into civilian life, from the perspective of social risk analysis. The study may invite the reader to understand whether a social fabric has actually been created, a cohesion between the receiving communities and the ex-guerrillas, after many years away from social interaction. It will be a qualitative approach with a case study in two districts of Sofala province. As this is an ongoing study, for this article we will only present the preliminary results of the exploratory research.

Keywords: Disarmament, Demilitarization, Social Reintegration

¹ Faculdade de Ciências Sociais e Humanidades, Universidade Zambeze (ana.costa@uzambeze.ac.mz)
<https://orcid.org/0000-0003-0855-1977>

I - INTRODUÇÃO

O processo de Desarmamento, Desmilitarização e Reintegração – DDR, chegou ao seu término com o encerramento da última base da Renamo a 15 de Junho de 2023, em Vunduzi², distrito de Gorongosa, província de Sofala, acto que marcou, segundo documentários e serviços noticiosos nacional e internacional, o fim da fase de Desarmamento e Desmobilização do processo de DDR em Moçambique. Por conseguinte, o passo que se segue, é a reintegração dos ex-guerrilheiros.

Entretanto, dados a nosso dispor indicam que o processo de reintegração (reinserção) social dos ex-guerrilheiros da Renamo mostram uma tendência de continuidade, uma vez que houve a primeira fase, em 1994, depois da assinatura de Acordo Geral de Paz em Moçambique e, recentemente a segunda fase, após o Acordo de Cessão das Hostilidades em 2014. Não obstante, caracterizado por avanços positivos e naturalmente negativos que levaram ao fracasso do projecto.

Vines (2013) afirma que o processo de reinserção social dos ex-guerrilheiros registou avanços e recuos e, admite que foi criado um Regime de Apoio à Integração (RSS) cujo objectivo era pagá-los e dispersá-los durante um período relativamente curto para os retirar da equação do conflito. Na senda disso, os ex-guerrilheiros estavam a reintegrar-se muito rapidamente, casaram-se e muitos deles dependiam de rendimento da sua esposa como forma de garantir a sustentabilidade familiar.

Esse pressuposto de Vine (2013), leva-nos a reflectir em torno do processo de reinserção social como um todo, desde o seu impacto para a sociedade moçambicana emergente de uma situação de conflito; os factores conducentes a continuidade do mesmo e os consequentes riscos sociais adjacente a esse processo.

Diante disso, o estudo pretende investigar mais ao fundo, o processo de reinserção social, no contexto de inserção integral dos ex-guerrilheiros, buscando compreender os riscos sociais emergentes desse processo (tensões, desigualdade existente nas comunidades receptoras e, os efeitos negativos contribuintes para a estabilidade e segurança humana e outros).

Acima de tudo, o estudo terá uma abordagem de carácter sócio-cultural na dimensão apelativa porque vai despertar atenção às entidades envolvidas no processo de reinserção

² Cerimónia dirigida por Sua Excelência Presidente da República, Filipe Jacinto Nyusi

social, para uma acção mais ampla, uma vez que não basta apenas à deslocação dos ex-guerrilheiros à zona de origem, é pertinente que se envolva outros campos de pesquisa, como a sociologia, antropologia e outros. Para isso, o estudo será dividido em três momentos a saber: O primeiro será de recolha de fontes bibliográficas e documental, bem como, teorias que possam sustentar a problemática em estudo e a confrontação dessas fontes.

No segundo momento será feito a pesquisa de campo nos dois distritos, concretamente a partilha do processo de reinserção entre os diferentes grupos-alvo dos estudos, por exemplo, (Comunidade (x) vs Comunidade (y); Comunidade (x) vs Ex-guerrilheiro; Ex-guerrilheiro (x) vs Ex-guerrilheiro (y), sucessivamente).

No terceiro momento, a divulgação dos resultados da pesquisa e, ao mesmo tempo, uma campanha de advocacia para a redução do estigma e discriminação dos ex-guerrilheiros a nível das comunidades receptoras, fortificando assim, os laços sociais entre as partes.

2 – PRESSUPOSTO TEÓRICO DO ESTUDO

2.1 – Consolidação da paz em Moçambique

Dom Jaime Pedro Goncalves, Arcebispo Emérito da Beira, (em memória), um dos percussores da mediação no processo da paz em Moçambique, por parte da congregação religiosa (Igreja Católica), na sua obra intitulada “a paz dos moçambicanos”, afirma que o principal problema no processo de mediação para a paz em Moçambique foi de acreditar profundamente na virtude de reconciliação nacional e na construção real da paz. (p.118)

Afirma ainda que durante as conversações para a conquista da paz, houve a necessidades de se formar um único exército para Moçambique que passou a designar-se Força Armada de Defesa de Moçambique (FADM), tutelado pela ONU. A filosofia desse exército era de não atacar os concidadãos e muito menos os vizinhos de Moçambique, serviria sim, para autodefesa de Moçambique, semeando desse jeito, o espírito de reconciliação.

Outro aspecto arrolado por Dom Jaime face à discussão para a paz em Moçambique tem a ver com a segurança de pessoas. Desse processo, ficou acordado que após as eleições seria entregue ao governo a lista nominal da segurança da Renamo para o efeito de unificação da segurança nacional e do treino e, os da Renamo continuariam o seu serviço à liderança da Renamo.

O desentendimento das partes durante o processo de negociações foi um dos entraves para o alcance do acordo. Dom Jaime encontra como obstáculo nisso, os objectivos divergentes. No seu entender, a Renamo teve dupla desvantagens, primeiro, o efectivo de exército unificado foi reduzido pelo governo, homens da segurança da Renamo, e ao mesmo tempo, não foram aceites pelo governo. Criou-se assim, segundo Dom Jaime, o caso de Marínguè. (p.118)

Diante dessa situação, os rejeitados da Renamo passaram a ser Homens Armados, os do governo ficaram Unipartidaristas do Estado e do Exército e ambas expressões ofendem os ouvidos e sensibilidades de paz e democracia dos moçambicanos.(Dom Jaime P. Gonçalves, p.118)

Concluiu o Dom Jaime que em Moçambique há necessidade de se promover a cultura de paz. Para isso, deve-se iniciar na educação; famílias; escolas, as religiões, junto aos seus fiéis; os políticos e os investigadores académicos de modo que as nossas mentes e corações livressem-se de vinganças, mortes e ódios, cultivando assim, uma sociedade com mais monumentos celebrativos da paz e da reconciliação nacional. (p.144-145)

Rocca (2012), nos seus estudos procura mostrar como Moçambique saiu da guerra. No pensamento desse autor, é difícil parar uma guerra, na medida em que ela obedece a sentimentos de ódio e de vingança, à adrenalina dos combatentes.

O processo de reconciliação de paz em Moçambique, para esse autor, significou um ensino na medida em que foi difícil pôr as partes em sintonia. Ademais, para esse autor, ficou claro que a compreensão recíproca das partes em conflito é decisiva para o sucesso e, como uma das principais dificuldades no processo de reconciliação, segundo Rocca (2012), foi a diversidade dos interlocutores. (p.16)

As negociações de paz para Moçambique produziram instrumentos técnicos refinados que uniram competências específicas, psicologia, cultura histórica e jurídica, flexibilidade e cultura política fora de vulgar, apesar de não terem sido conduzidas por diplomatas profissionais. (Rocca, p.75, 2012), isso permitiu a esse autor concluir que para a Renamo, as negociações de Roma serviram precisamente para exercer uma actividade constituinte, bilateral, com o objectivo de lançar as bases de um novo Estado moçambicano.

A semelhança dos demais investigadores em torno do processo de reconciliação de paz em Moçambique, Rocca (2012), afirma que um dos objectos da discórdia nos acordos, foi o “preâmbulo” do documento a ser negociado. Diz que o mesmo documento foi também objecto de discordância no seio dos mediadores na medida em que, uns achavam prematuro a partilha do mesmo.

Rocca (2012), procura encontrar o significado das reações das partes, tendo chegado a conclusão de que a Frelimo aceita o preâmbulo apesar de receio pela soberania nacional, por um lado e, por outro, o líder da Renamo mostra resistência usando a seguinte expressão: *“eu, como líder da Renamo, depois de ter lido e analisado a fundo o documento [o preâmbulo], conclui que o documento é um suicídio para a Renamo, isto é, aceitar e assinar este documento seria a mesma coisa que depor as armas e pedir desculpas à Frelimo por tudo o que temos vindo a fazer durante 14 anos.”* (p.86-87)

Depois de muita insistência por parte dos mediadores, o preâmbulo (documento) foi aceite pela Renamo e assinado a 18 de Outubro. No entanto, segundo o autor, não mudava nada, foi apenas construído o instrumento fundamental para o Acordo de paz. (Rocca, 2012, p.92)

Depois de assinatura do Prâmbulo, a 22 de Outubro, recomeçaram as conversações, tendo-se ultrapassado o primeiro ponto de agenda: “Lei sobre os partido” e a 13 de Novembro de 1991, o protocolo sobre *Critérios e modalidades para a formação e reconhecimento dos partidos políticos*. (Idem)

Concluindo assim, Rocca (2012), que o Preâmbulo ajudou bastante ao definir a identidade das partes e, sobretudo, ao esclarecer a Renamo sobre o seu papel e as suas possibilidades no âmbito das negociações e, foi na base disso, que foi tomada a sério como movimento político e, em Dezembro, vê-se o “início do processo de transformação da Renamo em partido político”. (p.94-95)

A lei eleitoral segundo Rocca (2012), era vista pelo líder da Renamo, Afonso Dhlakama, como um facto decisivo para a paz. (p.93). No entanto, de 10 a 15 de Dezembro de 1991, a Renamo realiza o seu II Congresso em Gorongosa que delibera “de forma inequívoca” percorrer até ao fim a “via das negociações”. Este facto, levou aos investigadores concluir que, finalmente o líder da Renamo, Afonso Dhlakama, havia percebido que a solução de um problema (guerra) não seria a ocupação militar de Maputo mas sim, o diálogo em Roma.

Uma das dificuldades encontrada no processo de negociações, segundo Rocca (2012), foi a desconfiança da equipa de mediadores por ambas as partes, marcada pela tonalidades diferentes e receio de ser influenciada pela parte inimiga.

Outros aspectos apontados como controversos às negociações segundo o mesmo autor, foram: a reestruturação de serviço de segurança³; coexistência do exército único⁴; denominação do exército único⁵; estrutura de comando da polícia⁶; garantias⁷; territórios sob o controlo da Renamo⁸; ajudas ⁹. e o destino dos serviços de segurança SNASP actual SISE¹⁰ que representava a questão mais difícil. (Rocca, 2012, p.108)

No dia 2 de Outubro os mediadores chegaram a um acordo satisfatório sobre as questões de serviços de segurança e da polícia. O último obstáculo foi o problema da administração civil dos territórios controlados pela Renamo. Questão que ficou acordado que na fase de desmobilização das forças armadas e da guerrilha, a Renamo deveria ceder o controlo das áreas sob a sua influência. (*Idem*)

Mazula (2006), nesse processo enaltece o papel da Igreja Católica. Afirma o autor que não foi fácil convencer os beligerantes de que o diálogo era o caminho mais eficaz para a obtenção da paz. A igreja desencadeou acções de formação para as populações em vários pacotes, teve ainda a missão de esclarecer a nova situação política e contribuir para a criação e desenvolvimento de uma cultura de paz na sociedade moçambicana.

Vines (2013), afirma que houve a criação de uma Comissão de Verificação Conjunta no processo de reconciliação e, que veio a enfraquecer em 1991. E, Riccardi (2008), afirma que essa Comissão funcionou como instrumento misto no qual expoentes das duas partes começaram a trabalhar juntos. A sede estava em Maputo, disso, resultou em um clima de confiança que se criou trabalhando em conjunto entre elementos militares.

Com o fracasso da Comissão, surgiram novos ataques da Renamo às principais áreas urbanas e semi-urbanas de Moçambique. (Vines, 2013), o mesmo autor, afirma ainda que só

³ Uma reestruturação sem admitir neles membros da Renamo, para o governo, e a extinguir para serem reformulados com bases totalmente renovadas, para a Renamo. (Rocco, 2012, p.108)

⁴ Ampla para o governo, reduzida para a Renamo (p.108)

⁵ Força armada para o governo; Força de defesa para a Renamo, como sinal de mudança (p.108)

⁶ Conjunta para a Renamo, mas não para o governo (p.108)

⁷ A Renamo acentua o papel de garante da comunidade internacional na implementação de acordados de paz atribuindo-lhe poderes superior ao próprio governo, o governo aceita da comunidade internacional apenas uma espécie de consultoria técnica (p.108)

⁸ O governo pretende restabelecer a própria soberania, a Renamo quer continuar a administrá-los mesmo depois do cessar-fogo (p.108)

⁹ A Renamo quer participar na sua gestão com receio de que o governo tire delas vantagens políticas, o governo quer superintender à distribuição através dos órgãos administrativos (p.108)

¹⁰ A Renamo queria que se liquidasse e se proibisse que os seus efectivos fizessem parte dos novos serviços de segurança. O governo queria manter os serviços como eram, na dependência directa do Presidente da República, aceitando, quando muito uma qualquer forma de controlo sobre a sua actividade. (p.110)

em Janeiro de 1992, houve 71 ataques, em grande parte para obter mantimentos, mas também para forçar o governo a negociar seriamente. E, a Renamo estava cada vez mais faminta e com as fontes externas de abastecimento a secar, a paz parecia cada vez mais atractiva e, na única violação grave do cessar-fogo, entre 17 e 20 de outubro de 1992, forças da Renamo ocuparam inesperadamente quatro cidades e, a Renamo capturou estas cidades para demonstrar a sua força militar.

Diante de várias tentativas e falhas, segundo os investigadores como Mazula (2006) e outros, a última ronda de negociações trouxe solução para último problema declarando a Unidade de Administração Civil de todo o Moçambique ao Estado. Depois de todos os pontos de descórdias e de muita insistência por parte dos mediadores, foi assinado o Acordo Geral de Paz a 4 de Outubro de 1992.

Chipangara (2012), diz que o processo de paz sofreu alguns atrasos sendo as principais causas a falta de confiança entre as partes bem como, a falta de definição dos centros de acantonamento (CAs), as exigências constantes da RENAMO sobre habitação, transporte e outros, que levaram à recalendarização do processo.

Malache (1997), afirma que nesse processo de reconciliação houve a necessidade de ajuda humanitária cujo objectivos estavam assentes em promoção da reconciliação; assistência à população deslocada, refugiada e reassentada. Foi neste âmbito que foram assistidas à desmobilização, reintegração e apoiou-se na repatriação, auxílio de emergência, restauração de serviços essenciais e desminagem.

Relativamente a consolidação da paz em Moçambique, defende Riccardi (2008), que a história de Moçambique após a assinatura dos acordos de Paz, conheceu a renúncia ao uso das armas para a solução das controvérsias políticas e uma consolidação progressiva da democracia, o que significa que os acordos mantiveram e favoreceram uma pacificação real da sociedade moçambicana, por outro lado, os acordos não foram arrancados das mesas de negociações por meio de paixões, mas representaram um verdadeiro amadurecimento das duas partes.

Riccardi (2008) vê a fraqueza dos mediadores como um dos principais obstáculos ao processo das negociações, na medida em que abriu outras alternativas para as negociações diante das duas partes, antes de tudo a alternativa representada pela via “angolana” fortemente apoiada por Portugal e pelos Estados Unidos, com o compromisso directo da Comunidade Internacional.

Na senda disso, tira as suas conclusões, uma das quais, pela complexidade, a paz exige que não se fuja da responsabilidade de utilizar todos os instrumentos do diálogo, da diplomacia e da reconciliação. (Riccardi, 2008, p.154) A outra, tem haver com o fruto desse processo de negociações.

Primeiro, é o facto de termos conseguido manter a paz por dez anos, não é frequente que haja uma assinatura de Acordo de Paz sem uma retomada das hostilidades. É preciso o tempo para separar aquilo que a guerra e o ódio opuseram. O segundo fruto é um Parlamento onde estão representadas todas as partes, com o reconhecimento de um governo que existe, com partidos que conversam e, as vezes, chegam a votar resoluções por unanimidade [...] p.154

2.2 - REINSERÇÃO SOCIAL

Para Coelho (2002), a noção de reinserção social é, em si, bastante ambígua e imprecisa. Ela ostenta um prefixo de repetição, pressupondo que quem vai ser reinserido já foi, no passado, inserido. Subjacente está uma assunção em três fases, primeiro, que os ex-guerrilheiros já estiveram inseridos; segundo que a guerra ou a vida militar os separou da sociedade e finalmente, é necessário reinseri-los outra vez no corpo social.

Para esse autor, a reintegração só é completa quando alguns traços fundamentais que distinguem os ex-guerrilheiros de outros membros das suas comunidades deixem de se manifestar, no entanto, ele faz uma abordagem apelativa no sentido de os programas de reintegração se basearem na relação entre as comunidades locais e os ex-guerrilheiros.

Ferreira (2016), vê a questão de reinserção social como um processo de vinculação activa e efectiva à realidade sócio-económica e cultural que um indivíduo realiza, após um período de isolamento ou marginalização do seu meio e ou após uma crise com esse mesmo meio” para que o indivíduo se insira num meio social adequado, onde possa desenvolver-se como pessoa e cidadão após a sua saída. Disso, conclui que, a reinserção social nutre-se de uma intervenção que promova além do tratamento físico e psicológico, uma autonomia económica, social e uma participação activa na sociedade, desfrutando direitos e cumprindo deveres de cidadão

Para Chipangara (2012), o conceito de reintegração social não deverá ser medida pela sua correspondência a padrões económicos abstractamente desejáveis, mas pela semelhança entre a situação dos veteranos e a dos seus vizinhos, a par da sua aceitação pública enquanto pessoas “como as outras” .

Castiano (2020), analisa a questão de reinserção social como situação que tem haver com questões ético-política em torno da liberdade política. Para esse autor, a reconciliação só será possível com a combinação e articulação de dois conceitos, a racionalidades e a razoabilidade de algumas regras democráticas. (p.196) Com isso, ele quis dizer que a justiça deve-se basear não simplesmente na razão, mas também na razoabilidade das leis e sua aplicação em contextos culturais diferentes.

O mesmo autor fala ainda do espírito de reconciliação que no seu entender reside no desarmamento de mãos e mentes. No entanto, desarmar as mãos segundo o autor, significa não desistirmos de firmar “acordos”, prolongar as “tréguas”.

Significa também, reintegrar os antigos soldados de ambas as partes na burocracia do Estado, e não em “esquema” paralelo de projectos e financiamentos aos quais de sempre resulta em perdedor e devedor dos bancos por causa dos juros muito elevados que estes praticam. (p.215) Por outro lado, desarmar mentes segundo Castiano (2020), é o fulcro do processo de construção da paz, construindo uma ética política da reconciliação onde a fonte de energia principal é a convicção segundo a qual, é possível e fundamental a humanização do “inimigo” (agora adversário político) na qualidade de um simples e igual ser humano. (p.215)

E, para essa humanização passaria primeiro por, despi-lo do poder e da fonte da violência, subtraí-lo da sua suposta superioridade e retratá-lo na sua etnicidade e culturalidade. (p.215) Segundo, por interiorizar, cada um, o gosto pela comunicação e pela argumentação do Outro e a partir dele. Para que esta comunicação flua, será necessário institucionalizar o diálogo dos níveis inferiores, cujo exemplo são actualmente os *clubes da paz*, ao superior, cujo exemplo são os acordos e a tréguas declaradas.

Acima de tudo, o autor defende que deve-se aproximar nesses espaços, propositadamente a vítima concreta da violência ao seu agressor. Em alguns casos, isto pode significar aprender a língua e a linguagem do outro. (p.216) Conclui esse autor que para o sucesso no desarmamento das mentes será necessário ritualizar o espírito da reconciliação, porque o espírito sem ser ritualizado morre.

Para tornar mais pertinente e interessante a questão de reinserção social, enriquecemos o tema com um debate acontecido em Agosto de 2020, cuja reportagem foi trazida por DW de África. No entanto, faziam parte do debate, juristas, historiadores, académicos e individualidades de cariz político do nosso país, nomeadamente Luís Mungoi, Egídio Vaz, Calton Cadeado, Albertina Ofiço e Isabel Kavandeka respectivamente.

Segundo Luís Mungoi, faz pouco sentido retirar pessoas das zonas de Gorongosa, Funhalouro, Inhaminga e outras partes do país, onde estão numa situação confortável, para colocá-las noutros locais onde, aparentemente, se sentem deslocadas. Na sua opinião, as pessoas deveriam ser reintegradas na sociedade lá onde elas se encontram, a menos que sejam retiradas para ocupar cargos de direcção e chefia. Caso contrário, pode-se criar um outro tipo de problemas, psicológicos inclusive, de desadequação das pessoas aos novos espaços porque elas têm que começar uma nova vida, praticamente do zero.

Egídio Vaz, considera fundamental prestar-se particular atenção à questão da reintegração social dos ex-guerrilheiros para que eles sejam úteis à sociedade, depois de terem passado mais de 20 anos no mato. Caso contrário, é sua opinião que poderá haver problemas de tensões com essas pessoas que pretendem ser reintegradas na sociedade. Vinca o papel do Estado como fundamental nesse processo. (Miguel, 2020)

Calton Cadeado, académico, defendia a transformação dos locais onde os ex-guerrilheiros estavam em museus e pontos históricos de visita, em que os próprios possam ser guias turísticos e, daí tirassem rendas. Para isso, dever-se-ia fazer uma parceria entre o Estado e o sector privado para por exemplo, transformar a firma, Serra da Gorongosa, num lugar de atracção turística. Concluindo assim, que “enquanto não se resolver a questão da reintegração económica, estar-se-ia a criar grupos de marginalizados que depois podem voltar a ser mobilizados para situações de violência”.

Albertrina Ofiço, antiga guerrilheira da Renamo, desmobilizada em 1994, referiu-se da falta de formação profissional que não permitiu o enquadramento em outras áreas, (Matias, 2020), facto que comprova uma das desvantagens dos ex-guerrilheiros a quando do seu período de vida estacionário nas matas.

Isabel Kavandeca, antiga combatente da Frelimo, afirmava que durante a luta pela independência de Moçambique, houve vários factores a se ter em conta na reintegração. No entanto, para essa, os principais desafios tinham a ver com as vontades das várias partes; não só, como também, os desafios político e material, ou seja, prover meios para que essas pessoas possam trabalhar. Esta conclui que o maior desafio se prende na aceitação das próprias pessoas e, as de inseri-las na comunidade receptoras, o que não é tarefa fácil.

Feita análise do teor do debate, permita-nos dizer que todas opiniões apresentadas foram objectivas para aquilo que constitui um contributo no processo de reinserção social dos ex-guerrilheiro, acima de tudo, procuraram mostrar que o valor do ser humano está acima dos

seus actos e que sua dignidade tem um valor incondicional digno de amor e respeito e que apesar das falhas, todo ser humano merece uma segunda oportunidade na vida social. É em torno disso, que se pode cimentar a limpeza do espírito (mente) como afirma o Castiano (2020) e, por outro lado, a inserção integral dos ex-guerrilheiros na vida civil.

3 – RESULTADOS PRELIMINARES DA PESQUISA

3.1 – Pesquisa Exploratória

A pesquisa exploratória ocorreu no distrito de Nhamatanda, província de Sofala onde a língua mais predominante é SENA em detrimento da NDAU. Iremos com isso, descrever como aconteceu o processo de recepção dos ex-guerrilheiros através de diversas cerimónias desde as entidades governativas às comunidades.

Foram feitas entrevistas separadas entre as entidades governativas, incluindo o ponto focal do DDR do distrito, a comunidades e os ex-guerrilheiros numa amostra não probabilística de 3 (três) indivíduos. Entretanto, as entrevistas decorreram em Junho do ano de 2022 e em dois dias consecutivos.

A nível das entidades governativas, o ambiente de recepção dos ex-guerrilheiros da Renamo foi descrito da seguinte forma:

As primeiras cerimónias decorrem a nível das instâncias governativas, onde esses recebem a credencial dos mesmos e, a instituição responsável pelo programa de reintegração social, particularmente o Instituto para a Democracia Multipartidária (IMD), garante o fornecimento do kit e todos outros elementos que fazem parte da reintegração, como primeiro passo para a reinserção social do ex-guerrilheiro na vida civil. Depois disso, o ex-guerrilheiro é acompanhado ao seu bairro, onde é apresentado ao chefe da Localidade e este por sua vez, solicita o líder comunitário para o efeito de apresentação no bairro, são palavras proferidas pela entidade governativa.

O decurso da cerimónia a nível das comunidades. Os rituais de purificação de acordo com o nosso entrevistado “B”, variam em função das tradições culturais. Existem famílias que recorrem os curandeiros, outras profetas e a maioria delas, por falta de dinheiro, preferem uma cerimónia simples, envolvendo somente a família.

Na família é indicado uma pessoa que serve de elo de ligação. Primeiro somos deixados num lugar seguro, comendo e dormindo separados da família até a cerimónia de purificação e limpeza. Entretanto, a cerimónia consistiu no seguinte: o indivíduo é levado para praia, onde

vai tomar banho, amarado de uma capulana, que depois é solta a capulana e vai com a corrente do rio. Segundo o nosso entrevistado “A”

Esse individuo depois disso, leva consigo um pouco de água do rio na garrafa para casa a fim de realizar a cerimónia de purificação *kuhlapsa*. Ao sair do rio, esse individuo não deve olhar para trás, o que significa que o caminho é para frente, o que ficou atrás ficou. Chegado em casa, a água trazida do rio, é colocada num balde e mistura com outra água numa porção que dá para tomar banho e espalhar para toda casa. Junta na mistura um carvão aceso e outro sem fogo, retira a raiz de papaeira, uma que se encontra virada onde nasce o sol e outra onde o sol vai-se deitar, mistura também. O banho é tomado, numa altura em que todos estão a dormir e o resto da água, espalha-se para todo canto de casa, no guarda facto, nas louças e tudo que é utensílio doméstico da casa, depois disso, o indivíduo já está purificado.

O *kuhlapsa* segundo alguns investigadores, é realizado dentro da casa do indivíduo doente (caso não haja casa, no espaço físico da mesma), para que ele beneficie do apoio dos espíritos ancestrais na purificação. (Cabral, 2005) Esse ritual tem a capacidade de identificar os espíritos possuidores e fazê-los abandonar o hospedeiro, curando-o a doença.

Cabral, (2005), defende ainda que a submissão ao *kuhlapsa* é um modo de melhorar a imagem pessoal aos olhos da família e do colectivo social; de admitir algumas culpas e ao mesmo tempo pedir o perdão e a aceitação do retorno. E o banho no rio, lava simbolicamente os espíritos possuídos para fora do doente, purificando e eliminando deste modo os elementos nocivos que possam perturbar ou adoecer o indivíduo. Depois do banho, o ‘novo’ indivíduo, já separado da identidade de combatente, pode sofrer algumas pequenas incisões corporais (sobretudo na parte superior do tronco) onde o *n’yanga* introduz outros medicamentos que reforçam a cura pela purificação. No caso da cerimónia acima referida, não ouve a necessidade dessas incisões corporais.

Os nossos entrevistados falavam também de “Kufemba” como uma das suas tradições e afirmaram que recorrem aos curandeiros e/ou profectas, no entanto, ela pode ocorrer em três dimensões: a fumigação com incensos; um cobertor com vapor de plantas e produtos medicinais (o chamado «b’hafu de plantas»); e o «kufemba com xizimo», em que os espíritos que possuem o curandeiro detectam e expulsam aqueles que afligem o paciente e por fim, administram uma «vacina», destinada a «fechar» o corpo do paciente aos espíritos maus e à feitiçaria. Durante o ritual não se chega a falar da experiência de guerra do doente, apenas se

medicam os comportamentos anormais reais ou previstos. O ritual de purificação actua em três vertentes: reabilitação, reintegração e reconciliação. (Cabral, 2005)

Os indivíduos que foram militarizados têm a consciência de ter cometido ou testemunhado comportamento moral e socialmente condenáveis, e temem a não-aceitação do seu retorno pela família e pela sociedade, como afirmava um dos nossos entrevistados (“B”) *“Para garantir que foi aceite na sociedade sem receio da comunidade, é preciso que essa comunidade abra espaço para como por exemplo, aceitar o emprego doméstico, só assim, posso me sentir acolhido”*.

Essa conversa confirma o estado emocional dos ex-guerilheiros. Acrescenta-se ainda expressões como *“a desconfiança é grande, e o medo que sentimos também. Ninguém vai perdoar alguém que não pede perdão, que não cede e não admite que cometeu um erro”*.

Isso só radicaliza o rancor que ainda prevalece no fundo das comunidades. Portanto, constitui desafios para os ex-guerilheiros, conquistar a comunidade através de apropriação da nova vida civil por um lado e por outro adoptar a nova ética social.

De acordo com Cabral (2005), o ritual serve para encorajar as pessoas a não encararem a experiência de guerra com uma dor do passado e não as tornar dependente dele. A partir do momento em que o ex-guerilheiro é purificado e ‘renasce’ para a sua família e colectivo social, não lhe podem ser exigidas explicações e/ou compensações pelos actos cometidos durante o envolvimento militar. Além de o ritual romper com o passado de guerra, mantem-no numa esfera que não deve ser tocada para garantir que o tratamento seja efectivamente bem-sucedido.

4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como nos referimos acima, trata-se de um trabalho ainda em curso, no entanto, as ilações que se podem avançar em torno da pesquisa exploratória e bibliográfica é de que constitui desafios tanto para as comunidades receptoras quanto os ex-guerrilheiros firmarem confiança um no outro.

Como vimos acima, foram cerca de vinte e sete anos e, ainda é um processo em curso, presume-se que os ex-guerrilheiros ainda se encontram no estágio de conquista para a sua inserção integral em suas comunidades de origem.

Outrossim, a questão de purificação e limpeza de espírito (mente) como afirma o Castiano (2020), ainda constitui um desafio enorme para os cidadãos moçambicanos, consequentemente as desconfiâncias que geram tensões, conflitos sociais.

5- REFERÊNCIAS

- CABRAL, Ilundi (2005-2006). *Digerir o passado: rituais de purificação e reintegração social de crianças-soldados no sul de Moçambique*;
- CASTIANO, José P. (2020). *Do Espírito da Tradição ao Espírito da Reconciliação*, Editora Educar;
- CHIPARANGA, Sargem Valentim (2012). *Reintegração social das mulheres ex-militares no distrito municipal Katembe (1992-2012)*
- COELHO & BORGES, João Paulo (2002). *Antigos Soldados, Novos cidadãos; A Reintegração dos Desmobilizados de Maputo*; Estudos moçambicanos 20 (2002) : 141-236
- FEREIRA, Isa Cristiana Pereira (2016). *Reinserção Social e Diferença de Género*, Universidade do Minho;
- GONÇALVES, Dom Jaime Pedro (2014). *A Paz dos Moçambicanos*;
- MALACHE, Adriano M. (1997). *Utilização e Desenvolvimento de Recursos Humanos nos Programas de Desmobilização e Reintegração – Estudo de Caso: Formas de Sobrevivência e Expectativas de Combatentes Desmobilizados no Distrito de Boane, Maputo*;
- MAZULA, Brazão (org.) (2006). *Moçambique: Eleições Gerais 2004: Um olhar do Observatório Eleitoral*, Maputo
- MIGUEL, Ramos (2020). *Analistas alertam para dolorosa e injusta desmobilização dos homens da Renamo*;
- RICCARDI, Andrea (2008). *A Paz Preventiva, Esperanças e Razões num mundo de conflitos*. Cidade Nova
- ROCCA, Roberto Morozzo Della (2012). *Como Moçambique saiu da guerra*, Central Impressora e Editora de Maputo, SARL
- RODRIGUES, Miguel Angelo Vilela, s/d – *Metodologia de Investigações Social*, o Tratamento e análise de dados, capítulo IX;
- VINES, Alex (2013). *A ascensão e o declínio da Renamo: A política de Reintegração em Moçambique*